

O DIÁRIO DE ANNE FRANK: VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA

Joyce Rodrigues Silva Gonçalves¹ 

Resumo: Este artigo se propõe a analisar O diário de Anne Frank, de 1947, avaliando como a escrita de si, o diário íntimo, as memórias autobiográficas e a autoficção possibilitam a representação do sujeito mulher em sua transição entre a infância, a adolescência e a vida adulta no contexto da Segunda Guerra Mundial, de modo individual, social e historicamente nos ambientes em que viveu Anne Frank. Percebe-se que o diário serviu como estratégia de resistência para Anne Frank, além de exercer uma função importante na configuração de sua identidade. Ademais, a escrita diarística constitui um documento histórico, um arquivo da memória da guerra. Os principais embasamentos teóricos desta proposta são textos que privilegiam a escrita do “eu” e do testemunho, nesse sentido, são utilizadas como referências as proposições de Lejeune (2008), Foucault (2007), Derrida (2001) e Bosi (2002), entre outras. Na perspectiva cultural da escrita de mulheres, são referências textos de Virginia Woolf.

Palavras-chave: Anne Frank. Resistência. Mulheres. Guerra. Diário.

THE DIARY OF A YOUNG GIRL: VIOLENCE AND RESISTENCE

Abstract: This paper aims at analyzing the book The Diary of Anne Frank, which was published in 1947, in order to evaluate how the writings of the self, such as the intimate diary, autobiographical memories and self-fiction allows the representation of the main character, Anne Frank, in her transition among childhood, adolescence and adulthood in the context of the Second World War, not only individually and socially, but also historically. It can be seen that the diary served as a resistance strategy for Anne Frank, in addition to playing an important role in shaping her identity. Furthermore, the diary writing constitutes a historical document, an archive of the memory of the war. In order to do so, the main theoretical framework comes from texts that present an account of the writing of the self and testimony. In this regard, Lejeune’s (year 2008), Foucault’s (2007), Derrida (2001) and Bosi’s (2002) studies are the main theoretical support of this research. As for the women’s writing’s cultural perspective, Virginia Woolf’s works will be the references.

Keywords: Anne Frank. Resistance. Women. War. Diary.

EL DIARIO DE ANA FRANK: VIOLENCIA Y RESISTENCIA

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar cómo los autoescritos, como el diario íntimo, los recuerdos autobiográficos y la autoficción posibilitan la representación del sujeto femenino, en su transición entre la niñez, la adolescencia y la edad adulta, en el contexto de la Segunda Guerra Mundial, de manera individual, social e histórica en los entornos en los que vivió Anne Frank. Se advierte que el diario sirvió como estrategia de resistencia de Ana Frank, además de desempeñar un papel importante en la formación de su identidad. Además, la escritura en el diario constituye un documento histórico, un archivo de la memoria de la guerra. Los principales fundamentos teóricos de esta propuesta son textos que privilegian la escritura del yo y del testimonio. En este caso, se utilizan como referencias las proposiciones de Lejeune (2008), Foucault (2007), Derrida (2001), Bosi (2002). Desde la perspectiva cultural de la escritura femenina, se hacen referencias a textos de Virginia Woolf.

Palabras clave: Anne Frank. Resistencia. Mujeres. Guerra. Diario.

¹ Doutora em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da UFMG, na área de concentração de Teoria da Literatura e Literatura Comparada, na linha de pesquisa Literatura, História e Memória Cultural. MESTRE em Letras/Literaturas de Língua Portuguesa pela PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS e Graduada em LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS pela mesma instituição. É professora efetiva da Universidade Federal de Minas Gerais, na carreira EBTT/CP.

Se ao menos eu pudesse ser eu mesma, ficaria satisfeita. (A.F)

O livro *O de Anne Frank* (1947), tão lido e traduzido ao redor de todo o mundo, foi escrito enquanto a Segunda Guerra Mundial estava acontecendo e retrata, predominantemente, o esconderijo onde se refugiaram a autora e sua família, na capital holandesa, sob a perspectiva de uma adolescente muito amadurecida e perspicaz. Editado pelo pai de Anne, Otto Frank, único sobrevivente de sua família no período pós-guerra, o diário teve três versões publicadas (A, B e C), já que várias omissões fizeram parte das duas primeiras edições.

Embora com uma fortuna crítica bastante extensa, a obra ainda nos proporciona muitas possibilidades de análises e reflexões. A epígrafe que abre este estudo é uma chave de leitura que nos encaminha para uma síntese do que Anne viveu em seu enclausuramento para se refugiar dos nazistas. A adolescente precisou anular a si mesma, sair de cena da sociedade bárbara em que teve o trágico destino de viver (parte de sua vida) e morrer em um curto período de existência. Seu diário trata os mais diversos assuntos através de relatos que mostram um processo de crescimento e amadurecimento, de transição entre a menina/criança/adolescente que foi e a mulher que provavelmente se tornaria. Ela mesma tinha consciência desse processo e registrou em um excerto: “Sei que sou uma mulher, uma mulher com força interior e muita coragem.” (FRANK, 2016, p. 272).

Os autores de diários íntimos, nem sempre escritores (estes aqui concebidos como escritores de obras literárias), em princípio, não escrevem pensando em publicação posterior. Entretanto, pode-se supor que, consciente ou inconscientemente, o diarista trabalha com a possibilidade de publicar seus manuscritos, ou mesmo que esses venham a ser publicados postumamente, como é o caso de Anne Frank. A autora soube, através do rádio, que o governo holandês estava incentivando o registro de diários, cartas e outros documentos para que pudessem ser publicados após a guerra.

A jovem autora tinha consciência, inclusive, de que seu diário estava se tornando um livro de memórias contendo história, política, memória, vivências individuais e experiências coletivas: “[C]omo este diário se transformou numa espécie de livro de memórias, ele significa muito para mim.” (FRANK, 2016, p 168).

Para Philippe Lejeune (2003, p. 262-263), um diário pode ser mantido por diversos motivos, como para conservar a memória; para sobreviver; para desabafar; para conhecer-se; para deliberar; para resistir; para pensar ou para simplesmente escrever.

Essas proposições são consideradas na investigação dos modos de representação do sujeito social e histórico por meio da escrita memorialística da autora.

Anne Frank (2016, p. 16), em seus escritos, avalia que “o papel tem mais paciência do que as pessoas” e afirma não querer “anotar neste diário fatos banais do jeito que a maioria faz; quero que o diário seja minha amiga, e vou chamar esta amiga de Kitty”. Parece que para a autora as razões da escrita diarística se adéquam a algumas das possibilidades sugeridas acima por Lejeune, pois podemos observar ao longo do texto de Anne Frank um forte desejo de sobrevivência, a que ela se apega através da escrita. A jovem autora utiliza seus cadernos de anotações para desabafar sobre suas angústias, para conhecer-se melhor, fazendo uma análise de si mesma, para deliberar sobre algumas questões de sua vida, principalmente no Anexo Secreto, e as relações entre as pessoas ali confinadas, para resistir aos seus medos, ao futuro incerto e eminentemente trágico, para refletir sobre seu cotidiano, e mesmo para ter na escrita uma espécie de passatempo. Ou seja, o diário torna-se algo muito caro à garota Anne, já que ele é a representação da melhor amiga que lhe falta nas circunstâncias do esconderijo.

Não podemos nos esquecer de que é impossível reproduzir os fatos literalmente, tais como foram vivenciados de modo exato. As narrativas do eu encontram-se na fronteira entre *facto* e *ficto*, e isso não pode ser ignorado na análise de um livro de memórias. Na obra *Ensaio sobre autoficção*, organizada por Jovita Maria Noronha, Phillipe Gasparini tece considerações importantes sobre o gênero. A partir do texto fundador de Lejeune, *O pacto autobiográfico*. Gasparini (2014, p. 187) assinala que:

[o] conceito de autoficção teve inicialmente como base uma ontologia e uma ética da escrita do eu. Ele postulava que não é possível se contar sem construir um personagem para si, sem elaborar um roteiro, sem “dar feição” a uma história. Postulava que não existe narrativa retrospectiva sem seleção, ampliação, reconstrução.

Assim como Lejeune e Gasparini, muitos teóricos e, também, escritores de textos literários, teorizaram sobre a definição do gênero literário, dos limites da literatura e afirmaram que o sujeito está sempre propenso a preencher suas lacunas de memória para que suas narrativas sejam coerentes. Os lapsos, *gaps* da memória, se fazem presentes também nos testemunhos, já que fazem parte do complexo de gêneros e subgêneros que pertencem à esfera do memorialismo.

Em relação à interseção entre gênero e literatura sobre guerra, a obra selecionada é importante porque oferece uma perspectiva diferente da mais comum: o olhar feminino sobre a guerra, o papel das mulheres nesse contexto e a construção da representação da mulher.

Podemos encontrar em *O diário de Anne Frank* alguns vestígios de sua postura muito diferente das adolescentes de sua época, e mesmo mais ousada do que as mulheres daquele tempo. A garota discorre sobre questões como sexualidade (inclusive com duas “novas” páginas do diário reveladas recentemente que tratam do assunto), casamento e sociedade que apontam para um pensamento muito à frente de seu tempo com traços de um feminismo latente, que provavelmente iria desabrochar se a vida de Anne não fosse aniquilada na guerra.

As relações entre Literatura e guerras e os estudos nesse âmbito não são novidades. Entretanto, tradicionalmente as guerras foram retratadas a partir de uma perspectiva absolutamente masculina, tanto no que se refere ao protagonismo dos homens nas linhas de combate, quanto na historiografia desses conflitos. Quem, majoritariamente, tem se encarregado de relatar os fatos heroicos dos viris e bravos soldados nesses contextos bélicos se não o próprio homem, o sujeito masculino? A Literatura, todavia, configura-se como espaço privilegiado para que possam surgir narrativas diversas, como são as escritas de mulheres. Há um enorme número de diários escritos sob situações de totalitarismo e repressão, bem como outros tantos relatos autobiográficos produzidos e publicados após esses contextos ditatoriais e violentos. No campo literário, portanto, é possível observarmos um equilíbrio entre os autores e autoras de memórias sobre guerras. Nesse sentido, o espaço literário permite que surjam vozes de mulheres, que compartilham com o público suas vivências e seus traumas através de seus relatos memorialísticos, autobiográficos.

É importante lembrar a relação frequente entre a infância/adolescência e a escrita de diários, o que consequentemente correlaciona infância e memória. Sílvia Cárcamo, em um capítulo que compõe a obra *Em torno da memória* (2017), realiza um levantamento de estudos publicados ao longo dos séculos até a contemporaneidade que abordam o tema das memórias da infância. O texto de Cárcamo se atenta ao fato de que, de modo geral, a criança era considerada um ser “invisível, e, portanto, irrepresentável” (CÁRCAMO, 2017, p. 203) na literatura e nas artes. O tema da infância só ganhou destaque a partir da década de 1960 e se consolidou a partir de 1970 na França com o historiador Philippe Ariès. As autobiografias modernas é que passaram a privilegiar o

espaço temporal da infância e da adolescência, com as questões ligadas ao desenvolvimento e amadurecimento físico e psicológico, e também com as memórias traumáticas, como sinalizado por Demause, outro historiador da infância, retomado por Cárcamo: “[A] história da infância implica, na sua visão, reconstruir a memória de opressões e atrocidades de que foram vítimas as crianças, da qual participaram instituições e estruturas como a igreja, a família, a escola e o Estado.” (CÁRCAMO, 2017, p. 204).

Anne Frank, embora ainda muito jovem, acabara de completar seus treze anos de idade quando iniciou seus diários, era consciente da potencial invisibilidade de seus escritos e reflete em um registro de 20 de junho de 1942 (FRANK, 2016, p. 16):

[F]iquei alguns dias sem escrever porque queria, antes de tudo, pensar sobre meu diário. Ter um diário é uma experiência realmente estranha para uma pessoa como eu. Não somente porque nunca escrevi nada antes, mas também porque acho que mais tarde ninguém se interessará, nem mesmo eu, pelos pensamentos de uma garota de 13 anos.

Em outro relato, mais de um ano após o citado acima, em 30 de outubro de 1943, Anne continua com a mesma perspectiva de que ninguém deverá se interessar por suas confissões (FRANK, 2016, p. 152):

[Q]uem mais, além de mim, vai ler essas cartas? Com quem mais, além de mim, posso procurar conforto? Estou sempre precisando de consolo, costumo me sentir fraca e com frequência deixo de atender às minhas expectativas. Sei disso, e todos os dias resolvo ser melhor.

Sílvia Cárcamo formula, a partir dos conceitos elencados em seu estudo, como a assertiva de Demause acerca das memórias de opressões e atrocidades, que há uma relação frequente nas narrativas autobiográficas entre infância e violência, que formam “um par atroz”, como é o caso dos diários de guerra, dos regimes ditatoriais e dos textos memorialísticos de modo mais amplo. A escrita da memória traumática nesses textos, e mesmo na autoficção, seria, para a autora, um sintoma que se manifesta quando para o sujeito:

[D]iante da incapacidade de reconhecer a cena do trauma como acontecimento passado, essa cena torna-se única, eliminando qualquer superação positiva do vivido: o trauma freudiano representa, precisamente, o que sucede “uma e outra vez”, e está condenado à repetição porque permanece fora do tempo cronológico. (CÁRCAMO, 2017, p. 213)

Nos registros diarísticos de Anne Frank, podemos perceber as imagens da opressão e da violência de Estado muito presentes, além das relações entre narrativas autobiográficas, infância e violência. É uma escrita aterrorizada, em que o medo paira o tempo todo sobre a jovem em uma constante tensão psicológica, como no excerto: “[N]ão poder sair me deixa mais chateada do que posso dizer, e me sinto aterrorizada com a possibilidade de nosso esconderijo ser descoberto e sermos mortos a tiros. Está claro, é uma perspectiva muito desalentadora.” (FRANK, 2016, p. 37).

Aliás, não apenas esse assunto é constante na obra, mas as questões sobre o corpo e a sexualidade de maneira geral. É perfeitamente natural que esses temas sejam frequentes na adolescência, em que ocorre o desabrochar físico e sexual. Todavia, para Anne Frank a experiência desse processo foi particularmente mais sofrida, considerando seu contexto de confinamento no esconderijo. Pouco espaço, várias pessoas de famílias diferentes no mesmo ambiente, nenhuma amizade, além da querida Kitty – nome afetoso com que se referia ao seu diário íntimo, que pudesse compartilhar abertamente suas incertezas e inseguranças sobre as mudanças no corpo e na mente. Se pensarmos que tantas outras meninas passaram pelas mesmas angústias pelas quais passou Anne Frank, com a apreensão contínua e o medo de serem capturadas pelos nazistas, somando-se a isso as questões internas, individuais, peculiares da puberdade, podemos imaginar como os relatos da autora se configuram como um exemplo, uma amostra de um grupo enorme, de um coletivo que compartilhava das mesmas dores, da perseguição, do terror da deportação e do extermínio.

Um teto todo compartilhado

Anne Frank fazia questão de ter sua privacidade garantida, ainda que isso pudesse se concretizar somente através de seu diário. Porém, o espaço físico se tornou um grande problema inclusive para a sua prática de escrita e estudos, além de toda a problemática que o confinamento gerou para as famílias Frank e Van Dan (Van Pels) que se juntaram no Anexo Secreto. A jovem relata esse impasse em algumas páginas do diário, em que registra as querelas entre ela e o Sr. Dussel (Fritz Pfeffer), um dentista que se escondia também no Anexo, já que ambas as famílias avaliaram que havia espaço para mais uma pessoa que precisasse do esconderijo. Os contratempores se iniciaram pelo fato de que o lugar reservado ao Sr. Dussel era exatamente em um pequeno quarto com Anne Frank, e eles tinham que se revezar no tempo de utilização da mesa do quarto, até que a garota decide solicitar parte do espaço e do tempo:

[O]ntem à tarde, papai me deixou perguntar ao Sr. Dussel se ele por acaso poderia fazer a gentileza (está vendo como sou educada?) de me deixar usar a mesa de nosso quarto duas tardes por semana, das quatro às cinco e meia. Eu já uso todos os dias, das duas e meia às quatro, enquanto Dussel tira um cochilo, mas no resto do tempo o quarto e a mesa estão fora do meu alcance. É impossível estudar à tarde no outro cômodo, porque lá acontece muita coisa. Além disso, às vezes papai gosta de usar a escrivaninha durante a tarde. (FRANK, 2016, p. 118, 119)

Na citação acima é possível observarmos novamente uma nuance de humor, quando a autora se dirige ao interlocutor chamando a atenção para o fato de ser educada, mesmo em uma situação adversa. Esse recurso faz um contraponto com o horror que prevalece na escrita de Anne Frank.

Após muita insistência de Anne e relutância do Sr. Dussel, que se negava a ceder e rotulava a menina de egocêntrica, afirmando que suas atividades eram improdutivas, Otto Frank mediou a negociação e a autora conseguiu o que almejava:

[F]inalmente, Dussel teve que ceder, e ganhei a oportunidade de trabalhar sem interrupção duas tardes por semana. Dussel ficou muito irritado, não falou comigo durante dois dias e fazia questão de ocupar a mesa das cinco às cinco e meia – tudo muito infantil, claro. Qualquer pessoa tão mesquinha e pedante aos 54 anos deve ter nascido assim, e nunca vai mudar. (FRANK, 2016, p. 121)

Virgínia Woolf, em *Um teto todo seu* (1929), tece considerações importantes sobre a necessidade de haver um espaço de trabalho e de produção intelectual, especificamente para as mulheres, que normalmente cuidavam da casa e da família como função primordial à época a que a escritora se referia. Woolf sinaliza como imprescindível um ambiente reservado exclusivamente para as atividades de leitura e escrita, em que as mulheres possam se dedicar ao seu trabalho sem interferências externas, sem que os alheamentos domésticos possam desviá-las de suas práticas intelectuais. Parece ser exatamente isso o que Anne Frank demandava no Anexo Secreto. Virgínia Woolf já reivindicava, além do lugar de trabalho, esse “teto todo seu”, que as mulheres também tivessem condições financeiras para desempenharem de maneira independente seu ofício como escritoras e estudiosas, de modo proporcional aos homens, sempre privilegiados também nesse sentido.

Um ponto bastante instigante na leitura da obra de Anne Frank é o fato de podermos observar na autora uma espécie de feminismo latente, como o exemplo acima mencionado, sobre requerer um espaço próprio para suas ocupações. Como já dito, a

própria Anne se sentia uma mulher, e nós, leitores, compactuamos com essa premissa a partir das ideias expressas em seus escritos, como no excerto abaixo:

[N]ão consigo me imaginar vivendo como mamãe, a Sra. Van Daan e todas as mulheres que fazem o seu trabalho e depois são esquecidas. Preciso ter alguma coisa além de um marido e de filhos aos quais me dedicar! Não quero que minha vida tenha passado em vão, como a da maioria das pessoas, mesmo àquelas que jamais conheci. (FRANK, 2016, p. 260)

É realmente interessante que uma garota de quatorze anos de idade, na década de 1940, teça considerações como essa. Principalmente se levarmos em conta que os movimentos feministas ganharam força e forma mais sólida e oficialmente apenas mais tarde, na década de 1960. Anne Frank, àquela época, já possuía seu posicionamento definido sobre o lugar que desejava ocupar na sociedade: “[D]ecidi levar uma vida diferente da de outras garotas, e não me tornar mais tarde uma dona de casa comum.” (FRANK, 2016, p. 290-291). Mais ao final de seu diário, já aos quinze anos de idade, a autora reitera sua resolução: “[A] monotonia estava me matando. Cada fiapo que eu puxava me dava mais certeza de que nunca, jamais, quero ser apenas uma dona de casa.” (FRANK, 2016, p. 337).

Para além das assertivas sobre o que almejava para si, Anne Frank também revela em seu diário o que pensava sobre a questão da mulher na sociedade de modo geral. A autora avalia como a condição das mulheres ao longo da história não foi privilegiada e disserta (FRANK, 2016, p. 327-329):

Uma das muitas perguntas que me incomodam é por que as mulheres eram vistas, e ainda são, como inferiores aos homens. É fácil dizer que isso é injusto, mas não basta; realmente gostaria de saber o motivo dessa grande injustiça! Aparentemente os homens dominaram as mulheres desde o início por causa da força física; são os homens que ganham a vida, geram crianças e fazem o que querem.... Até bem pouco tempo, as mulheres aceitavam isso em silêncio, o que era algo estúpido, já que, quanto mais as coisas demoram a mudar, mais entranhadas ficam. Ainda bem que a educação, o trabalho e o progresso abriram os olhos das mulheres. Em muitos países, elas adquiriram direitos iguais; muitas pessoas principalmente mulheres, e também homens, percebem agora como é errado tolerar essa situação durante tanto tempo. As mulheres modernas querem o direito de ser completamente independentes. Mas não é só isso. As mulheres devem ser respeitadas também! Falando em termos gerais, os homens são mais valorizados em todas as partes do mundo; então, por que as mulheres não devem ter a sua cota de respeito? Soldados e heróis de Guerra são homenageados e condecorados, exploradores recebem fama imortal, mártires são reverenciados, mas quantas pessoas veem as mulheres também como soldados? No livro *Stridjers voor het leven*

[Men Against Death], fiquei chocada com o fato de que somente com o parto a mulher costuma sofrer mais dor, doenças e infortúnios do que qualquer herói de guerra. E o que ela recebe por suportar toda essa dor? É jogada para o lado quando é desfigurada pelos partos, os filhos vão embora, a beleza desaparece. As mulheres, seres que sofrem e suportam a dor para garantir a continuação de toda a raça humana, seriam soldados muito mais corajosos do que todos aqueles heróis falastrões lutadores pela liberdade postos juntos. Não quero sugerir que as mulheres devam parar de ter filhos; pelo contrário, a natureza lhes deu essa tarefa, e é assim que deve ser. O que condeno é nosso sistema de valores e os homens que não reconhecem como é grande, difícil, mas lindo, o papel da mulher na sociedade. Concordo totalmente com Paul de Kruif, autor desse livro. Quando diz que os homens devem aprender a não pensar mais no nascimento como uma coisa inevitável nas partes do mundo que consideramos civilizadas. Para os homens é fácil falar – eles não suportam nem terão de suportar os fardos da mulher! Acredito que, no correr do próximo século, a ideia de que é dever da mulher ter filhos mudará e abrirá caminho para o respeito e a admiração a todas as mulheres, que carregam seus fardos sem reclamar e sem um monte de palavras pomposas!

A passagem acima é de extrema importância quando analisamos a escrita de Anne Frank. A autora, embora ainda muito jovem, elabora uma reflexão profunda e demonstra conhecimento e discernimento entre natureza e cultura em relação às mulheres. Ao articular tal análise, Frank retrata de modo ímpar seu pensamento libertador, que solta as amarras dos preconceitos e aponta uma direção sensata e justa para a posição das mulheres na sociedade.

Apesar das reflexões da autora sobre a condição da mulher na sociedade e seu posicionamento tendendo ao feminismo, Anne Frank tece algumas considerações sobre o que é próprio do homem e o que é próprio da mulher a partir da visão tradicional das diferenças de gêneros. Ao início do diário, quando Anne ainda podia frequentar a escola, relata que um professor lhe deu como dever de casa que escrevesse uma redação com o tema “Uma tagarela”, referindo-se ao fato de que a garota falava demais, ao que a autora pondera:

[U]ma tagarela, o que é que a gente pode escrever sobre isso? [...]. Argumentei que falar era uma característica feminina e que eu faria o máximo para me controlar, mas nunca poderia acabar com o hábito, pois minha mãe falava tanto quanto eu, se é que não falava mais, e é muito difícil mudar características herdadas. (FRANK, 2016, p. 21)

Claro que Anne poderia estar sendo irônica e apenas tentando justificar ao professor sua necessidade de falar muito. Mas, em outra entrada, datada de 18 de março de 1944, a jovem discorre sobre sexo, um assunto embaraçoso nas relações entre pais e filhos, e também sobre a instituição do casamento, e afirma (FRANK, 2016, p. 233):

[U]ma grande barreira para os adultos – ainda que em minha opinião ela não seja maior que um pedregulho – é que eles têm medo de que os filhos não vejam mais o casamento como algo tão sagrado e puro ao perceberem que, na maioria dos casos, essa pureza é um total absurdo. Segundo meu ponto de vista, não é errado que um homem traga um pouco de experiência anterior ao casamento. Afinal de contas, isso não tem nada a ver com o casamento em si, tem?

Embora sua avaliação seja ainda conservadora, sobre o homem poder ter experiências anteriores ao casamento, e não mencionando o mesmo sobre as mulheres, é natural que na década de 1940 os filhos fossem educados dessa forma, especialmente as meninas. É importante esclarecer que, mesmo se tratando de uma família judia, os Frank eram considerados muito modernos e até liberais na educação das filhas (o que podemos observar ao longo do livro), fato que era, inclusive, alvo de críticas dos companheiros de Anexo, os Van Dan. Entretanto, apesar dessa tendência vanguardista nas relações com Anne e Margot, Otto e Edith Frank certamente traziam em sua formação alguns componentes conservadores advindos dos costumes da comunidade judaica, que se aplicavam também à tradição da sociedade em geral com relação aos papéis de gênero.

Enfim, Anne Frank se coloca, de modo geral, em posicionamento que sinaliza ao leitor seu feminismo em potencial. Na maior parte de seus relatos a autora defende a independência das mulheres em todos os aspectos. Em resposta à advertência do pai, Otto Frank, Anne registra em seu diário algo como uma carta com o que pretendia dizer a ele: “[V]ocê está decepcionado comigo, esperava que eu me contivesse mais, sem dúvida quer que eu aja como deve agir uma garota de 14 anos. Mas é aí que você está errado!” (FRANK, 2016, p. 291). E em um ímpeto de rebeldia próprio da adolescência, escreve: “[S]ei que sou independente, e não sinto a necessidade de prestar contas de meus atos a vocês.”. E se precipita ao afirmar: “[V]enci! Sou independente de corpo e pensamento. Não preciso mais de uma mãe, e emergi da luta como uma pessoa mais forte.” (FRANK, 2016, p. 292). Nessa passagem observamos a personalidade livre, com desejo de independência que se configurava na jovem autora.

Diário e resistência

A autora estava obstinada a viver intensamente, talvez ainda mais pela ameaça de ter a vida interrompida. Seu senso de independência, de opinião formada, lhe conferia força, vitalidade e o desejo de continuar resistindo e vencer os empecilhos que o mundo lhe impunha. Em outra passagem, Anne Frank (2016, p. 272) conjectura:

[E]stou ficando cada vez mais independente de meus pais. Mesmo sendo jovem, enfrento a vida com mais coragem e tenho um sentimento de justiça melhor e mais verdadeiro do que o de mamãe. Sei o que quero, tenho um objetivo, tenho opiniões, uma religião e amor. Se ao menos eu pudesse ser eu mesma, ficaria satisfeita. Sei que sou uma mulher, uma mulher com força interior e muita coragem! Se Deus me deixar viver, vou realizar mais do que mamãe jamais realizou, vou fazer com que minha voz seja ouvida, vou para o mundo e trabalharei em prol da humanidade!

Mais uma vez, a obstinação de Anne Frank se faz presente em sua escrita no excerto acima. Embora, infelizmente, a jovem não tenha sobrevivido para realizar seus planos de vida, seu legado se configura, através de seu diário, desde suas relações com os pais e as demais pessoas à sua volta, com sua argumentatividade, seus questionamentos e seu enfrentamento das situações, como uma escrita de resistência. Os relatos da adolescente são repletos de reflexões sobre a vida e, particularmente, sobre o contexto totalitário que vivenciou. Apesar da pouca idade, Anne deixou evidente em sua escrita um traço forte de sua personalidade em desenvolvimento, como exemplifica um pequeno trecho com entrada datada de 02 de março de 1944: “[A]s pessoas podem mandar alguém calar a boca, mas não podem impedi-lo de ter uma opinião. Não se pode proibir ninguém de ter uma opinião, não importa se a pessoa é muito jovem!” (FRANK, 2016, p. 212). Embora a autora estivesse se referindo aos adultos com quem estava confinada no Anexo Secreto, podemos ampliar essa perspectiva e avaliar como a garota já se colocava de modo reflexivo e argumentativo sobre questões gerais. Logo mais, em 07 de março do mesmo ano, Anne Frank (2016, p. 220) faz uma retrospectiva dos fatos recentes e conclui:

[V]ejo minha vida até o Ano-Novo de 1944 como se tivesse olhando através de uma lente ponderosa. Quando estava em casa, minha vida era cheia de sol. Depois, no meio de 1942, tudo mudou da noite para o dia. As brigas, as acusações... não podia me adaptar a elas. Fui apanhada desprevenida, e o único jeito de manter a individualidade era contra-atacar.

Os excertos acima citados podem ser considerados como uma escrita da resistência. Uma resistência não apenas interior e existencial, mas também social e política, uma vez que os motivos que conduziram a vida de Anne Frank à ruína foram dessa natureza. Alfredo Bosi, em sua obra *Literatura e resistência* (2002), mais especificamente no capítulo “Narrativa e resistência”, afirma que “[R]esistir é opor a força própria à força alheia” (BOSI, 2002, p. 118), e que em certas obras literárias há

“[u]ma tensão interna que as faz resistentes, enquanto escrita, e não só, ou não principalmente, enquanto tema.” (BOSI, 2002, p. 129).

Embora saibamos que o contexto de produção dos diários da jovem Anne foi, de fato, um campo fértil para inúmeras narrativas de resistência, e mesmo para a manifestação da resistência em outras artes e na cultura, de forma geral, os registros de Anne Frank não são tão pungentemente direcionados às mentalidades dominantes, antes, os relatos escritos da autora foram produzidos, ao menos inicialmente, para si mesma, como uma forma de superar o enclausuramento físico e psicológico. A escrita diarística de Anne Frank corrobora a teoria de Bosi, que analisa:

[A] escrita resistente decorre de um *a priori* ético, um sentimento do bem e do mal, uma intuição do verdadeiro e do falso, que já se põe em tensão com o estilo e a mentalidade dominantes. [...] A escrita de resistência, a narrativa atravessada pela tensão crítica, mostra, sem retórica nem alarde ideológico, que essa “vida como ela é” é, quase sempre, o ramerrão de um mecanismo alienante, precisamente o contrário da vida plena e digna de ser vivida. (BOSI, 2002, p. 131)

A vida de Anne Frank, como ela foi, realmente incorreu no rol das asperezas existenciais, uma vez que se configurou como “o contrário da vida plena e digna de ser vivida”, como aponta Bosi no trecho supracitado.

A necessidade de se expressar, somada à ausência de uma amiga real com quem a autora pudesse compartilhar suas questões pessoais, conduziram a garota a um processo de escrita terapêutica. Ou seja, o próprio ato de escrever se configurou como uma forma de resistir: “[A] melhor coisa é poder escrever todos os meus pensamentos e sentimentos; do contrário, iria me sufocar.” (FRANK, 2016, p. 230). Em outro trecho, avalia: “[M]eus escritos, a melhor coisa que tenho, estão indo bem.” (FRANK, 2016, p. 206).

O diário de Anne Frank revela um misto de ansiedade, fé, esperança e resignação. Em diversas entradas do diário a autora confessa os sentimentos de medo, pânico e terror que pairavam sobre ela e os seus, e a angústia da incerteza resvalava na escrita: “[Q]ue aconteça alguma coisa logo, até mesmo um ataque aéreo! Nada pode ser mais esmagador do que essa ansiedade. Que chegue o fim, mesmo sendo cruel; pelo menos saberemos se vamos ser vencedores ou vencidos.” (FRANK, 2016, p. 316). Em outros momentos a esperança prevalecia:

[S]ou jovem e tenho muitas qualidades ocultas; sou jovem, forte e vivo uma grande aventura; estou no meio dela e não posso passar o

dia inteiro reclamando porque é impossível me divertir! Sou abençoada com tantas coisas: felicidade, alegria e força. A cada dia me sinto amadurecendo, sinto a libertação se aproximar, sinto a beleza da natureza e a bondade das pessoas ao redor. A cada dia penso em como essa aventura é fascinante e divertida! Com tudo isso, por que deveria me desesperar? *Sua Anne M. Frank.* (FRANK, 2016, p. 291)

O relato acima revela que Anne tinha, sim, lampejos de otimismo e esperança de vitória. Entretanto, também é possível inferir que a jovem tentava convencer a si mesma de algo que ela talvez não acreditasse, pois o que vivenciava não era exatamente uma “aventura divertida”. Podemos ainda ler essa passagem como uma metáfora da autora, que se utilizou diversas vezes desse recurso ao longo de sua obra. Estar “no meio dela”, dessa aventura, pode ser lido como o fato de que Anne estava no meio da vida, no meio do mundo, e que essa era a grande aventura que ela desejava experienciar de modo intenso, em sua completude. Em outro ponto do diário a autora estabelece uma relação entre as estações do ano, inverno e primavera, e as fases de sua vida: a paz e o infortúnio da guerra.

A fé, a religiosidade, era outro pilar que sustentava a autora em seu confinamento. Em vários registros, Anne Frank recorre à religião como fonte de força e esperança para superação do contexto de exclusão e perseguição a que estava submetida: “[Q]uem é religioso deve se alegrar, porque nem todo mundo é abençoado com a capacidade de acreditar numa ordem superior.” (FRANK, 2016, p. 333).

Enquanto estava no Anexo Secreto, Anne Frank sempre se lembrava daqueles que já haviam sido capturados pelos nazistas e encaminhados para os campos de concentração e extermínio. Especialmente, Anne se recordava com muito afeto de sua amiga Hanneli e orava a Deus para que lhe protegesse do pior:

[A]h, Hanneli, espero que você viva até o fim da Guerra e volte para nós [...] Deus misericordioso, conforte-a, para que ao menos ela não fique só. Ah, se ao menos o Senhor pudesse dizer-lhe que estou pensando nela com compaixão e amor, isso poderia ajudá-la. (FRANK, 2016, p. 160)

Em outros momentos, todavia, Anne se entregava ao destino de modo desapegado e resignado: “[C]heguei a ponto de nem me importar se vivo ou se morro. O mundo vai continuar girando sem mim, e não posso fazer nada para mudar os acontecimentos.” (FRANK, 2016, p. 193).

As angústias vivenciadas por Anne Frank, tendo vazão em seus registros diarísticos, no liame entre o público e o privado, caracterizam, além da escrita de

resistência, também uma forma de escrita de vida (*life-writing*). Denise Borille de Abreu utiliza esse conceito em alguns de seus estudos, como em artigo publicado em 2016, sob o título “Fronteiras de identidades: a escrita do eu em ‘O diário de Anne Frank’”, Denise Borille propõe que

[a] escrita de vida pode vir a propiciar ao sujeito traumatizado a oportunidade de reconstruir uma história e também a si próprio, agregando certa linearidade a uma história que, devido à intensidade de um encontro com o *Dasein* traumático, não teve início, meio e fim. Sendo assim, não surpreende constatar que o encontro entre a escrita de vida e os estudos de teoria do trauma seja de proveito cada vez maior para entendimento da história contemporânea, sobretudo no que diz respeito à questão da reivindicação pelos direitos humanos. (ABREU, 2016, p. 64)

A escrita de vida, que é inerente às escritas de si, seria mais uma forma de lidar com as conjunturas traumáticas, mais uma maneira de resistir às experiências da violência política, especialmente nos testemunhos e nos diários redigidos em contextos de guerra.

Tensão e terror nas páginas do diário

A tensão e o medo perpassam quase toda a obra de Anne Frank. O tempo todo a autora se vê diante de um perigo iminente, o que causava as sensações de ansiedade e incertezas, as quais já foram tratadas anteriormente neste artigo. Podemos dizer que a escrita de Anne também é uma escrita do medo e do horror, já que o contexto da Segunda Guerra Mundial era uma fatídica realidade em toda a Europa, principalmente com a perseguição aos judeus: “[E]ssa pobre gente está sendo embarcada para matadouros imundos como um rebanho de gado doente e maltratado. [...] Meus pensamentos me dão pesadelos.” (FRANK, 2016, p. 105). Desde as primeiras páginas do diário, já no esconderijo, a autora registra: “[N]ão importa o que façamos, temos muito medo de que os vizinhos possam nos ver ou ouvir.” (FRANK, 2016, p. 36). Aliás, é importante ressaltar que o livro vai se tornando cada vez mais sombrio à medida que o tempo da narrativa passa. Mais adiante, Anne relata como um toque da campanha era capaz de causar terror:

Querida Kitty, ontem tive um medo terrível. Às oito horas, a campanha tocou de repente. Só pude pensar que alguém estava vindo nos pegar, você sabe de quem estou falando. Mas me acalmei quando todo mundo jurou que deveriam ser moleques ou o carteiro. (FRANK, 2016, p. 58)

Hoje, no fim da tarde, quando Bep ainda estava aqui, soou um toque longo e alto na campainha da porta. Fiquei branca no mesmo instante, meu estômago revirou e meu coração bateu feito um louco – tudo isso porque eu estava com medo. (FRANK, 2016, p. 155)

Eram sucessivos os sobressaltos que vivenciavam no esconderijo e que Anne narra em seus escritos. Em certa ocasião, um carpinteiro esteve no prédio do Anexo Secreto, nos andares inferiores, onde funcionava a empresa de pectinas e especiarias de Otto Frank. De súbito, alguém começou a bater persistentemente na porta do Anexo, na estante que ocultava a entrada: “[F]icamos brancos de medo. [...] Fiquei tão apavorada que quase desmaiei ao pensar naquele estranho descobrindo nosso maravilhoso esconderijo.” (FRANK, 2016, p. 67). Felizmente, o desfecho não foi trágico como temiam, era o Sr. Kleiman, um dos cúmplices e auxiliares da família. Ainda assim, o medo permaneceu e Anne registrou:

[Q]uerida Kitty, minhas mãos ainda estão tremendo, apesar de já fazer duas horas desde que tomamos o susto. [...]. Na minha imaginação, o homem que estaria tentando entrar no Anexo Secreto havia crescido sem parar até se transformar não somente num gigante, mas também no fascista mais cruel do mundo. (FRANK, 2016, p. 68)

O pavor experimentado pela autora foi tamanho que, em seu imaginário, ela criou uma espécie de materialização de um grande monstro fascista.

Um traço interessante de ser observado a partir da leitura dos diários de Anne Frank é sua capacidade de autorreflexividade, além da autorreferência, critério próprio das escritas de si: “[É] engraçado, mas às vezes consigo me enxergar como os outros me veem. Dou uma olhada tranquila na pessoa chamada Anne Frank e folheio as páginas de sua vida como se ela fosse uma estranha.” (FRANK, 2016, p. 178). A habilidade da autora de se ver a partir do olhar dos outros, de se colocar e se referir a si mesma em terceira pessoa é um exercício filosófico-existencial. Inclusive, em diversos momentos ela reprova o que avalia de si: “[G]ostaria de pedir a Deus que me desse outra personalidade, uma que não criasse antagonismos com todo mundo.” (FRANK, 2016, p. 92). A jovem ainda reflete sobre a essência das outras pessoas: “[V]ocê pode me dizer por que as pessoas se esforçam tanto para esconder seu eu verdadeiro?” (FRANK, 2016, p. 181). É possível pensarmos, a partir desse trecho, na fragmentação da identidade da protagonista, que, ao longo do seu diário, tenta encontrar-se e conhecer-se melhor, bem como compreender também a identidade do outro.

Em alguns momentos, Anne revela uma acidez ao comentar sobre alguns indivíduos, particularmente sobre sua família e os companheiros de esconderijo. Reclamando de sua mãe e Margot, que frequentemente se uniam nas desavenças com Anne, a autora confessa: “[E]u gosto delas, mas somente porque são mamãe e Margot. Não dou a mínima para elas como pessoas. De minha parte, elas poderiam pular num lago.” (FRANK, 2016, p. 150). Em outro registro, após mais uma de tantas contendas com a mãe, Edith, declara: “[M]amãe está triste, porque ainda me ama, mas eu não estou nem um pouco infeliz, porque ela não significa mais nada para mim.” (FRANK, 2016, p. 253).

Se, por um lado, a relação da jovem autora com a mãe era conturbada, com o pai era de muito afeto:

[C]om papai é diferente. Quando o vejo sendo parcial com Margot, aprovando qualquer coisa que ela faça, elogiando, abraçando, sinto uma dor por dentro, porque sou louca por ele. Eu me guio por papai, e não há ninguém no mundo que eu ame mais. Ele não percebe que trata Margot diferente de mim: por acaso Margot é simplesmente a mais inteligente, a mais delicada, a mais bonita e a melhor. Mas eu também tenho o direito de ser levada a sério. (FRANK, 2016, p. 150,151).

Contudo, as reflexões sobre os outros não se limitam às críticas, como nas citações anteriores sobre a mãe e a irmã, de quem Anne sente ciúmes em relação ao pai. A virtude da alteridade é uma qualidade que podemos atribuir à Anne Frank, que em diversas entradas do diário se compadece de seus semelhantes:

[S]into-me má ao dormir numa cama quente, enquanto em algum lugar meus melhores amigos estão caindo de exaustão ou sendo derrubados. Fico apavorada quando penso em amigos íntimos que agora estão à mercê dos monstros mais cruéis que já assolaram a terra. E tudo porque são judeus. (FRANK, 2016, p. 81)

[a] polícia prendeu um homem (cujo nome não vou escrever). Foi terrível não somente para ele, mas também para nós, porque ele nos fornecia batata, manteiga e geleia. O Sr. M., como vou chamá-lo, tem cinco filhos com menos de 13 anos, e mais um a caminho. [...]. Ultimamente, não estou com muito clima para escrever tudo que acontece por aqui. Ando mais introspectiva [...] estou terrivelmente chateada com o que aconteceu ao bondoso Sr. M. [...] (FRANK, 2016, p. 223)

Novamente, o medo aparece nas linhas do diário. Segundo Aristóteles, o *Eleos*, ou piedade, compaixão, estaria diretamente relacionado ao *Phobos*, ou medo, terror (ARISTÓTELES, 1973). O ser humano, ao observar a dor, a angústia, o sofrimento

alheio, toma para si as aflições que o outro padece em função de ser capaz de perceber que ele mesmo pode estar nesse lugar de desolação a qualquer tempo. Seria, portanto, natural que o temor ou o pânico de que algo trágico possa nos afligir nos conduza a uma postura altruísta. Entretanto, o que Anne demonstra ao longo de sua obra é realmente uma compaixão por todos aqueles que estavam sofrendo a violência política, o que nos revela uma garota não tão ingênua como a maioria das críticas costumam apontar.

Política da memória e espaço (auto) biográfico nos diários

É importante analisar como a política da memória se faz presente na obra *O Diário de Anne Frank*, que pode ser considerado um importante espaço (auto) biográfico de denúncia e de relatos dos horrores da Europa nazista. A partir de uma perspectiva teórica de viés sociopolítico, é possível observar como o diário serviu à Anne Frank como uma espécie de salvaguarda de suas memórias e vivências, como testemunho, para um futuro sempre porvir.

Os relatos de Anne servem como registro de sua experiência nesse período crítico, não apenas as suas próprias vivências, mas também de todo um coletivo que estava submetido à mesma política de repressão e totalitarismo. Leonor Arfuch, em sua obra *O espaço biográfico* (2010), observa:

[A]mpliando a mira ao espaço da coletividade, os valores em jogo serão indissociáveis da peculiar inscrição do sujeito em seu contexto sócio-histórico e cultural – que inclusive pode assumir o caráter de uma épica coletiva – tanto o *atual*, do momento enunciativo, como o que é objeto de rememoração”. (ARFUCH, 2010, p. 141)

Jeane Marie Gagnebin também formula considerações importantes sobre essa relação entre o individual e o coletivo e ainda sobre a dicotomia público-privado nas escritas autobiográficas:

O eu particular pode falar de si mesmo porque recolhe dentro de sua história a dimensão de uma experiência que ultrapassa sua mera individualidade. Sua história só se torna digna de relato quando perde seu caráter exclusivamente privado e transforma no relato de um passado que não lhe pertence em particular, mas que também pertence aos outros. Pertence a todos que sofreram um processo de transformação semelhante, mas que não puderam ou não conseguiram contá-lo. O eu conta sua vida para não deixar cair no esquecimento a história dos outros, em particular dos outros que não têm possibilidade de palavra ou que já emudeceram. Escrever a história de sua vida pode então significar, e talvez em primeiro lugar, recordar a morte dos outros. (GAGNEBIN, 2006, p. 139).

Anne Frank se colocava sempre no lugar das pessoas que já haviam sido capturadas pelas forças armadas nazistas, especialmente sua amiga Hanneli, o que exemplifica a essência da coletividade na individualidade da autora, como podemos observar no excerto: “E Hanneli? Será que ainda está viva? O que estará fazendo? Meu Deus, cuide dela e a traga de volta para nós. Hanneli, você faz lembrar qual poderia ter sido o meu destino, o tempo todo me vejo em seu lugar.” (FRANK, 2016, p. 166-167)

Beatriz Sarlo sinaliza que “[o] dever de memória que o Holocausto impõe à história europeia foi acompanhado pela atenção dada às memórias dos sobreviventes e aos vestígios deixados pelas vítimas.” (SARLO, 2007, p. 43). *O diário de Anne Frank* seria um exemplar do que Sarlo chama de vestígio, já que a autora alemã viveu até o fim a experiência do campo de concentração e dela não escapou.

Como em toda escrita autobiográfica, não podemos desconsiderar a linha tênue existente entre memória e ficção. Kanzepolsky (2017, p.105) considera que o diário é um gênero que se consolida em memória *a posteriori*, para o leitor que acessar esses relatos. Sabemos que o ato mnemônico remete às lembranças de um tempo passado, nebuloso, incerto, e, portanto, sujeito às ficcionalizações dessas memórias. Rememoram-se e registram-se essas lembranças com diversas finalidades possíveis e às vezes contemplando mais de um gênero literário simultaneamente, como observa Arfuch:

Os gêneros canônicos (biografias, autobiografias, memórias, correspondências) jogarão um jogo duplo, ao mesmo tempo história e ficção, entendida, essa última menos como “invenção” do que como *obra literária*, integrando-se assim, com esse estatuto, ao conjunto de uma obra de autor – no caso de escritores – e operando simultaneamente como testemunho, arquivo, documento, tanto para uma história individual quanto de época. (ARFUCH, 2010, p. 117-118)

No livro *O diário de Anne Frank*, todas as funcionalidades propostas por Arfuch (testemunho, arquivo, documento) podem ser atribuídas ao registro autobiográfico da autora, que reescreveu vários trechos e acrescentou comentários em algumas datas registradas quando soube da possibilidade de publicação no pós-guerra, o que já significa uma fenda por onde podemos penetrar e explorar as questões de memória e ficção, público e privado, individual e coletivo, entre outras.

A exemplo da fronteira entre ficção e memória, como lembrada por Arfuch e postulada por Philippe Lejeune, referência canônica nos estudos memorialísticos na literatura, já mencionado na introdução deste estudo, a própria Anne Frank revela: “[E]u

sei de algumas coisas sobre o passado de papai e, o que não sei, inventei”. (FRANK, 2016, p. 195).

É importante ressaltar a importância dessa obra e de outras que retratam a violência de Estado, guerras civis e todo tipo de sofrimento do sujeito e da sociedade. A tendência dos Estados, dos governos, sem generalizar, obviamente, é de escamotear esses passados, de encobrir e recobrir os atos violentos desses contextos históricos. Zilá Bernd, em introdução ao livro *Por uma estética dos vestígios: releitura da literatura contemporânea das Américas a partir dos rastros*, retomando um pensamento de Walter Benjamin, aponta que:

[...] apesar da tentativa dos opressores de não deixar vestígios de suas ações como a prática de genocídios, de torturas e de destruição sistemática de documentos, apesar das sistemáticas tentativas de apagamento dos rastros, muitos fragmentos dessas histórias que envolveram até mesmo táticas de exterminação em massa puderam ser recuperados, graças a vestígios que ficaram registrados na memória dos sobreviventes que, aos poucos, foram recompondo, basicamente, através de depoimentos orais, o grande quebra-cabeça da destruição. (BERND, 2013, p. 17-18)

Embora a consideração de Zilá Bernd seja em torno dos testemunhos através das histórias orais, *O diário de Anne Frank* serve também para resistir a esse apagamento da memória intentado pelos opressores. Ainda que haja essa tentativa de velamento, de supressão desses episódios bárbaros, eles reaparecem nas artes e, de modo particular, na literatura.

Ao escrever seu diário, Anne se coloca de modo ambivalente na História: ao mesmo tempo em que é vítima do campo de concentração em Bergen-Belsen, a autora se consolida como testemunha da repressão que experienciou. A posição dupla vivenciada pela jovem autora pode ser pensada em relação ao que observa Beatriz Sarlo (2007, p. 34): “[O]s que não foram assassinados não podem falar plenamente do campo de concentração, falam então porque outros morreram, e em seu lugar. Não conheceram a função última do campo, cuja lógica, portanto, não se operou por completo neles.” A autora completa: “[N]ão há pureza na vítima que tem condições de dizer “fui vítima”. Não há plenitude nesse sujeito [...]. Os condenados já não podem falar e esse silêncio imposto pelo assassinato torna incompleto o testemunho dos sobreviventes.” (2007, p. 34). Anne Frank não teve a chance de relatar o horror do campo, mas relatou o que ouviu dizer dele, e que, infelizmente veio a experimentar posteriormente. Nisso reside a duplicidade do diário enquanto testemunho: a autora relata e, por fim, fenece na *Shoah*.

Enfim, *O diário de Anne Frank* se enquadra no que Roland Barthes considera em relação ao gênero em questão, ideia retomada por Kanzepolsky:

[U]ma espécie de testemunho de uma época, o que significa fazer do diário a memória daquela época, uma função que embora a excedam amplamente, cumprem os diários daqueles que foram testemunhas e vítimas das catástrofes históricas do século XX (pensamos, sobretudo, nos diários das vítimas do Holocausto, lidos geralmente da perspectiva de seu caráter testemunhal. (KANZEPOLSKY, 2017, p. 111).

Diário como arquivo

É relevante lembrarmos sobre a importância dos diários como arquivo na permanência do testemunho contido na obra de Anne Frank. Caso os manuscritos da jovem autora não fossem coletados por Miep Gies e Bep Voskuijl, secretárias da empresa do pai, Otto Frank, que auxiliavam a família durante a vida clandestina no Anexo Secreto, e que recolheram os cadernos da garota após a família ser levada pelos nazistas, talvez o mundo não conheceria os registros valiosos e as memórias ambivalentes de Annelies Marie Frank. Há ainda que se considerar o trabalho de edição empreendido por Otto Frank para que a publicação do diário, desejo expresso de Anne Frank, se concretizasse. As memórias da menina mesclam boas lembranças, recordações agradáveis de uma vida em seu desabrochar e, de modo bastante intenso, as reminiscências traumáticas do período da Segunda Grande Guerra. A conservação dos cadernos e das folhas avulsas, entregues por Miep Gies (sem ter lido o material) ao pai da autora, foi fundamental para que a obra se constituísse como arquivo da ditadura nazista. Do contrário, possivelmente os manuscritos teriam sido destruídos, descartados como papéis quaisquer.

Sobre a importância dos arquivos, podemos tomar como referências teóricas as formulações de Michel Foucault e Jacques Derrida, principalmente em suas obras *A arqueologia do saber* (2007), e *Mal de arquivo: uma impressão freudiana* (2001), respectivamente.

Arquivo, para Foucault, é o “[s]istema que transforma enunciados discursivos em acontecimentos e em coisas. O arquivo é a lei do que pode e do que não pode ser dito.” (FOUCAULT, 2007, p. 147). Logo, o filósofo não situa os arquivos apenas como registros para a história oficial, como acervos de documentos ou monumentos para a posteridade. O arquivo é um sistema discursivo que estabelece uma conexão entre

certos discursos deixando outros à parte. É um dispositivo que seleciona o que vai ser agregado à história e o que será excluído dela.

O discurso contido em *O diário de Anne Frank* se conecta com todos os perseguidos pelo regime nazista e funciona como arquivo de uma época catastrófica no cenário político mundial, configurando, de acordo com as postulações filosóficas de Foucault, como um sistema enunciativo que rege a conservação de um acontecimento singular.

Em termos foucaultianos, o arquivo define o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, e determina o que merece ser conservado e o que deve cair no esquecimento. É um exemplo do aforismo tão difundido no âmbito da *Shoah*, que se trata de um evento que deve ser sempre lembrado para que não se repita tal aberração. Essa se configura como uma das principais razões por que a obra de Anne Frank se faz impreterível para a história, a sociologia, a literatura e a cultura de modo geral.

Para Derrida, a função do arquivo seria ocupar uma lacuna da memória e de fatos históricos que originam a necessidade de arquivamento. Esse suplemento estaria, portanto, em lugar daquilo que fora destruído, subtraído ou recalçado, da experiência suprimida no tempo pretérito. O filósofo disserta, em *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, sobre os elos entre o arquivo e a psicanálise de Freud, como já indica o próprio título da obra. Derrida associa as pulsões de agressão, destruição e morte à pulsão de conservação, e argumenta que “[a] teoria da psicanálise tornou-se, portanto, uma teoria do arquivo, e não somente uma teoria da memória.” (DERRIDA, 2001, p. 32).

Derrida estima que o arquivo, enquanto aparelho psíquico como modelo singular, ao que ele se refere na obra com um “bloco mágico”, incorpora, “sob a forma de uma pulsão de destruição, a pulsão mesma de conservação, que poderíamos chamar também de pulsão de arquivo.” (DERRIDA, 2001, p. 31-32). Embora pareça contraditória a formulação desse pensamento derridiano, configurando-se como uma contradição interna, nisso residiria o que o teórico denomina o “mal de arquivo”.

Certamente, os manuscritos dos diários de Anne Frank, conservados cuidadosamente por aqueles que conheciam seu valor, constituem um precioso arquivo da barbárie, a partir de um olhar ao mesmo tempo crítico, apurado, mas também aparentemente despretensioso, como observa Elcio Loureiro Cornelsen, em texto publicado recentemente (2019), intitulado “A gênese de ‘O diário de Anne Frank’ – um legado para a humanidade”. O autor assinala que

[o] que restou foi justamente o diário, um documento notável e comovente, escrito por uma adolescente em fase de amadurecimento, repleto de anotações aparentemente desprezíveis, e é justamente por essa aparente desprezão que ele se tornou um marco na representação do extremo absurdo a que a Europa foi lançada pela Alemanha nazista. É um documento tocante, fruto da unidade composta pelo destino de uma família perseguida e da vida de uma garota sensível e dotada de um dom para a escrita. Parece que a existência ameaçada e a presença constante da morte aguçaram a vivência e a capacidade de percepção de Anne Frank, dotando-lhe de uma força de expressão extraordinária. (CORNELSEN, 2019, p. 15)

Anne Frank, em alguns relatos nos diários, sinaliza a intenção de perpetuar no mundo através de sua escrita. Na incerteza da sobrevivência, a menina desejava que suas memórias fossem conhecidas e seu nome lembrado, ainda que pela injustiça política e pela violência de Estado. Em 14 de abril de 1944, a autora volta a refletir sobre a própria escrita e questiona sua relevância (FRANK, 2016, p. 273-274):

[r]ealmente acredito, Kit, que hoje estou meio doida, e não sei por quê. Meu texto está todo misturado, estou pulando de uma coisa para outra, e às vezes duvido seriamente se alguém se interessará por essas bobagens. Provavelmente, vão chamar de “Os pensamentos de um patinho feio”. Meus diários com certeza não terão muita utilidade para o Sr. Bolkestein e o Sr. Gerbrandy.

Embora a autora duvide do valor de sua escrita, em um registro de 29 de julho de 1943, Anne, revelando as impressões dela e de sua família acerca da personalidade da Sra. Van Dan, companheira de anexo, finaliza o relato com uma fala direcionada explicitamente ao leitor, ao estilo machadiano: “PS.: Será que o leitor pode levar em consideração que essa história foi escrita antes de a fúria da escritora esfriar?” (FRANK, 2016, p. 128). Aqui temos um exemplo de momentos em que a reescrita do diário com vistas à publicação e o desejo expresso de ser uma escritora se tornam evidentes. Podemos observar, a partir do excerto acima, um caráter jocoso que aparece em alguns momentos na escrita do diário. Embora o tom trágico, angustiante predomine nas narrativas de Anne Frank, o humor e a ironia surgem como lampejos que concedem ao texto certa leveza.

Manipulações do arquivo

Recentemente, em 2018, veio a público a descoberta de mais duas páginas dos diários de Anne Frank. Desde o período em que foi produzido pela autora (entre 1942 e 1944), o ano de sua primeira publicação (1947), suas sucessivas reedições com

supressões e inclusões de partes do manuscrito, até o momento, *O diário de Anne Frank* nos surpreende ao revelar conteúdos valiosíssimos e inéditos.

Os textos que foram encontrados estão encobertos com uma colagem de papel kraft. Pesquisadores autorizados pela Anne Frank Fonds, instituição localizada na Basileia, na Suíça, fundada por Otto Frank e que detém os direitos autorais da obra, assim como os originais dos diários, utilizaram uma tecnologia com *flashes* que, a partir das fotografias das páginas que contém as colagens, através de um *software*, desvendaram os fragmentos escondidos. Nessas páginas, a garota comenta sobre assuntos tabus relacionados ao sexo, como menstruação e prostituição.

É interessante o questionamento acerca da escolha e do ato de recalçamento desse conteúdo. Teria sido a própria autora, que a partir de seu ajuizamento sobre o que escrevera teria decidido omitir essas passagens? Teria sido o pai e também editor da obra, que, como é patente, foi responsável pela organização dos cadernos e dos papéis avulsos em que Anne registrara suas impressões? Todo esse trabalho de edição, com inserções e censuras de partes do texto original, seja pelas mãos da própria autora ou pelo pai e demais editores da obra, consiste em algo que podemos pensar como uma manipulação do arquivo.

Como é conhecido, *O diário de Anne Frank* possui várias versões publicadas, a saber, as que são denominadas Versão A, Versão B e Versão C, sendo essa última considerada a edição “completa” do diário. Há outras edições, ainda, que integram as cartas da autora, especialmente endereçadas à sua avó, além de textos literários produzidos por Anne, como um romance inacabado e contos que ela menciona em seu diário.

Se levarmos em consideração que Anne Frank tenha avaliado que seria conveniente escamotear alguns excertos de seus registros diarísticos, podemos inferir que ela mesma não estava certa de tal decisão, já que poderia ter simplesmente destruído as páginas para não deixar vestígios delas. Por outro lado, é comum na escrita de diários, particularmente naqueles produzidos por adolescentes, a expressão através de recursos híbridos, como diferentes formas, tamanhos e cores de letras, tal qual desenhos, rasuras e colagens. Esse misto de elementos heterogêneos pode ser observado, por exemplo, nas paredes do quarto em que Anne Frank se estabeleceu enquanto estavam refugiados.

Ao visitarmos o Anexo Secreto, atualmente um museu denominado Anne Frank Huis (Casa de Anne Frank), em Amsterdã, nos deparamos ainda com pôsteres de

celebridades da época, do cinema e da música, dos quais a autora gostava. Esse foi um subterfúgio que Anne encontrou para minimizar a aparência sombria e sem vida do lugar em que foi obrigada a viver os últimos anos de sua vida curta, já que alguns meses após serem levados aos campos de concentração e extermínio, a jovem sucumbiu no campo de Bergen-Belsen, na Alemanha, vítima de uma epidemia de Tifo, consequência das condições atroztes a que os deportados foram forçados.

Parece haver nos diários um jogo de revelação e camuflagem, que sugere a posse de um segredo que se pretende ou não deslindar no ato da escrita íntima. Podemos imaginar esse jogo também como forma de transbordamento do texto, insinuando o que estaria além da possibilidade de representação, uma maneira de preencher as lacunas, os espaços em branco do papel. Desse modo, a intenção seria tapar os buracos, os lapsos da própria linguagem, com o que resiste a se tornar texto, como na hipótese das colagens em *O diário de Anne Frank*.

A persistência das rasuras e das colagens na escrita revela uma presença pulsional, um mecanismo psíquico a que se refere Derrida a partir das “impressões freudianas” sobre os arquivos. Além do corpo do texto, ao mesmo tempo velado e desvelado, o diário estaria impregnado de símbolos, imagens que invocam uma dinâmica do vazio e do indizível, numa tentativa sempre inacabada de representação.

Portanto, a partir das análises de *O diário de Anne Frank*, que obviamente não se esgotam aqui, podemos avaliar que é uma obra que se coloca como registro documental, que serve de salvaguarda de memórias individuais e coletivas, que remontam a uma história de vida íntima e familiar, e simultaneamente a um grupo maior, o de judeus perseguidos e exterminados pelo regime nazista. A autora, utilizando-se do recurso da escrita de vida, através de seu tratamento literário, ao elaborar as memórias traumáticas do período de guerra em seu diário, busca ao menos uma tentativa de representação ainda que incompleta, de sua identidade. Em seus registros vemos uma adolescente à frente de seu tempo e já amadurecida em seus posicionamentos políticos e sociais.

Referências:

ABREU, Denise Borille de. Fronteiras de identidades: a escrita do eu em ‘O diário de Anne Frank’. *Anuari de Filologia. Literatures Contemporànies*. Barcelona, v. 6, 2016, p. 63-70. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/AFLC/article/view/AFLC2016.6.7>>. Acesso em: 30 mar 2019.

- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- ARISTÓTELES. Poética. In: Coleção Os Pensadores. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BERND, Zilá. *Por uma estética dos vestígios memoriais: releitura da literatura contemporânea das américas a partir dos rastros*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CÁRCAMO, Silvia. Infância e memória. In: GONZÁLES, Elena. COSER, Stelamaris. Org. *Em torno da memória: conceitos e relações*. Porto Alegre: Editora Letral, 2017.
- CORNELSEN, Elcio. Totalitarismo. *Literatura e Autoritarismo*. Disponível em: http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/num14/art_10.php. Acesso em: 18 Feb 2022.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FRANK, Anne. *O diário de Anne Frank*. Trad. Alves Calado. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34 LTDA, 2006.
- KANZEPOLSKY, Adriana. Diários e memória. In: GONZÁLES, Elena. COSER, Stelamaris. Org. *Em torno da memória: conceitos e relações*. Porto Alegre: Editora Letral, 2017.
- LEJEUNE, Philippe; NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org.). *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha; Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- MARCO, Valéria de. A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova: revista de cultura e política*. 2004. p. 45-68. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a04n62.pdf>. Acesso em: 18 fev 2019.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: da cultura da memória à guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Artigo recebido em 18 de outubro de 2022. Aprovado em 05 de janeiro de 2022.